



FRONTEIRAS E POPULAÇÕES INVISIBILIZADAS

Eder Damião Goes Kukiel¹
Dilson Almeida dos Santos²
Érica dos Santos Oliveira³

Este trabalho tem como objetivo analisar as imbricações de se morar em um limite fronteiro, como ocorre com a comunidade denominada “Faixa de Fronteira” e “Faixão” que se localizam no limite fronteiro entre Brasil e Paraguai no município de Sete Quedas-MS. Este trabalho é resultado do trabalho de campo com alunos do doutorado e mestrado em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Como metodologia foram utilizadas conversas dirigidas com a população que vive nessas comunidades, conhecida localmente como “Faixa de Fronteira” e “Faixão”, além de técnicas de observação bem como, conversas junto aos representantes da Prefeitura Municipal de Sete Quedas. Como resultados preliminares, constatou-se que a instabilidade nas moradias os coloca em situação de fragilidade, pelas residências precárias, em espaços arranjados como presenciado nessa linha de fronteira.

Palavras-chave: Fronteira, Políticas Públicas, Limite, Invisibilizadas.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo es analizar las imbricaciones de vivir en un límite fronterizo, como ocurre con la comunidad denominada “Faixa de Fronteira” y “Faixão” ubicada en la frontera entre Brasil y Paraguay en el municipio de Sete Quedas-MS. El trabajo es el resultado de un trabajo de campo con estudiantes de doctorado y maestría en Geografía de la Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Como metodología se utilizaron conversaciones con la población que habita en esta comunidad, conocida localmente como “Faixa de Fronteira” e “Faixão”, además de técnicas de observación, así como conversaciones con los representantes de la municipalidad de Sete Quedas. Como resultados preliminares, si se verifica que la inestabilidad en la vivienda los coloca en una situación de fragilidad, debido a la precariedad de las residencias, en espacios dispuestos como se ha presenciado en esta línea fronteriza.

Palabras clave: Frontera, Políticas Públicas, Límite, Invisibilizadas.

¹ Doutorando no Curso de Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, kukielgeografia@gmail.com;

² Pós-graduando em docência para a Educação Profissional Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Campo Grande - IFMS, dilsonsantos@gmail.com;

³ Mestra em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD, ericasantos566@gmail.com;



INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como finalidade discorrer sobre as relações sociais existentes na fronteira Brasil/Paraguai, mais especificamente na localização conhecida como “Faixão” (o nome se justifica por ser o local, composto por uma longa faixa de terra batida, sem qualquer infraestrutura que garanta qualidade de vida aos seus habitantes). O “Faixão” é constituído por população fronteiriça que reside entre o limite de Sete Quedas, município do Mato Grosso do Sul, estado brasileiro e seu vizinho limítrofe, o distrito de Pindoty Porã, na cidade de Corpus Christi, cidade localizada em território paraguaio.

Como metodologia, utilizou-se dados levantados através da aula de campo realizada no desenvolvimento da disciplina de Tópicos Especiais em Geografia, o curso de pós-graduação em geografia, ofertado pela Universidade Federal da Grande Dourados, que resultou no trabalho apresentado. Os levantamentos de dados foram realizados por meio de visitas in loco e com aplicação de questionários semiestruturados junto à população que reside no residencial conhecido como “Faixão” e na localidade conhecida como “Faixa de Fronteira”, além de entrevistas com representantes das instituições locais do município de Sete de Quedas, com o intuito de se compreender como são desenvolvidas e aplicadas as políticas públicas para a proteção social dessa população.

Como resultado, observou-se a necessidade de uma maior inclusão da população que vive nessa localidade conhecida como “Faixa de Fronteira”, limite fronteiriço com o Paraguai, além das pessoas que vivem no habitacional localmente conhecido como “Faixão”, nas políticas públicas desenvolvidas pelos agentes públicos locais, que usam como opção invisibilizar esses sujeitos, reproduzindo com isso, um processo de exclusão social.

REFERENCIAL TEÓRICO

Este trabalho fez uso do território como forma de analisar os sujeitos e representações sociais encontradas durante a pesquisa, pois muito além de uma delimitação de terras, o território se constitui como dimensão histórica, social e política (SPOSATI, 2002). Os sujeitos entrevistados que compartilharam sua história demonstraram a necessidade de políticas públicas voltadas para melhorias de suas condições de vida.



Falar em políticas públicas em áreas de fronteira remete, primeiramente, ao entendimento do sentido delas e da especificidade emanada dessas áreas geográficas. Implica, ainda, em pensar num ordenamento territorial coerente como expressão das aspirações coletivas, que contenha as diretrizes de cada setor socioeconômico, político, cultural, ambiental e que seja uma verdadeira política de Estado e não apenas de governo. Observa-se que existem escolhas de onde esses recursos são direcionados, e por vezes esses locais marginalizados deixam de receber tais recursos para melhor atender as necessidades dessas comunidades.

Outro fato importante é entender que as políticas públicas têm um limite de jurisdição, que são os limites do próprio território. Numa área de fronteira existe uma constante tensão pelos encontros diversos (de povos, economia, de vetores de doença, problemas ambientais, dentre outros). Para Marques (2000) os limites de um Estado consistem na linha de separação, indicando a materialidade de onde suas ações se concretizam. Cabendo aos gestores de territórios ter a capacidade de integrar suas ações para mitigar possíveis problemas que podem ocorrer em ambos os lados desse território fronteiriço, como já ocorrem em ações de combate à raiva canina, à dengue ou mesmo ao descaminho de mercadorias.

Portanto, não é possível a existência de políticas públicas de um mesmo Estado para a totalidade fronteiriça, já que ela contém uma banda sob outra jurisdição. Essa é a maior dificuldade para os territórios localizados nessas zonas, cujas especificidades não são contempladas nas características dos demais componentes da nação. Dessa forma, a efetividade de políticas públicas para essas regiões depende do entendimento de suas especificidades e da capacidade de articulação com o território vizinho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na linha divisória entre Brasil e Paraguai se encontram brasileiros e paraguaios vivendo em uma faixa de terra que se estende sobre a linha divisória entre os dois territórios distintos (Figura 1). Destacam-se nesse contexto, a presença de indígenas da etnia Guarani Kaiwá, que passaram a se utilizar desse espaço de fronteira para estabelecer suas moradias e relações sociais, pois segundo seus relatos, suas residências eram



precárias e sua cultura foi duramente violentada, tendo ocorrido a perda de terras em sua antiga reserva indígena.

Figura 1: Mapa da Extensão territorial de Sete Quedas



Fonte: Localização do município de Sete Quedas, autor: Raphael Lorenzeto de Abreu, 2018.

As famílias se encontram nessas condições por falta de opções e espaços adequados para suas práticas culturais. Segundo os entrevistados, existe descaso dos órgãos públicos locais e a falta de políticas públicas voltadas a esse espaço, conhecido localmente como “Faixa de Fronteira” ou “Faixão”. Durante as visitas observou-se que as moradias são construídas na linha divisória dos dois países, sem nenhum tipo de fiscalização ou demarcação, sendo que várias delas se iniciam no lado brasileiro e terminam no lado paraguaio, o que as tornam, portanto, transfronteiriças. Da mesma forma ocorre a utilização concomitante, de serviços prestados por moradores de ambos os países, como por exemplo, a instalação da rede elétrica do Paraguai e da água encanada fornecida pelo Brasil (Figura 2), dependendo do preço cobrado por tais serviços, sendo escolhido o que for mais vantajoso ou o que está disponível na proximidade da residência.



Figura 2: Residência localizada área conhecida como “Faixa de Fronteira”.



Autor: KUKIEL, E.D. 2019.

Percebe-se a existência de uma interrelação entre brasileiros e paraguaios por meio de “trabalho pendular”, tanto de brasileiros no Paraguai, quanto de paraguaios no Brasil, numa maior proporção de brasileiros no país vizinho, que compram terras paraguaias por preços abaixo dos existentes do lado brasileiro, implementando na região a monocultura da soja, conforme analisado por Figueiredo e Miguel (2015).

Nas visitas realizadas percebeu-se que a interrelação entre os povos é intrínseca, maior inclusive que as convenções entre os dois países, onde se misturam e fazem dali um espaço híbrido, quase que numa pátria particular, visto que, nem o governo paraguaio e tão pouco o governo brasileiro se preocupam em disponibilizar os atendimentos sociais básicos e necessários para a melhoria da condição de vida da população local.

Destaca-se como apontado por Teixeira (2002), que ao espaço referenciado historicamente, concebemos a fronteira Brasil/Paraguai, em toda sua extensão e não somente em Sete Quedas, como espaço de conflito armado, contrabando, atividades criminosas, comércio ilegal, fragilidade de vigilância e fiscalização, bem como conflitos sociais.



O comércio local do lado paraguaio em Pindoty Porã se estabelece pela venda de produtos (bebidas, alimentos, eletrônicos etc.) em algumas poucas lojas bem próximo ao limite fronteiriço com a cidade de Sete Quedas lado brasileiro. Percebe-se, também, a ocorrência de trocas de formas diversas, de serviços públicos, alimentos, informações, dentre outros. Oliveira (2015) descreve que essa atividade comercial fronteiriça liberta os indivíduos para uma mobilidade, que obedece a uma lógica específica, ao criar ‘seu próprio mercado’ com diferentes graus de intensidade, legitimando mecanismos singulares de complementaridades entre culturas e condutas dispares.

Outro elemento relatado pelos moradores do “Faixão” foi o comércio clandestino da raiz de mandioca, que é transportada em caminhões paraguaios até postos receptores dentro daquele território. No limite fronteiriço, a fécula é transferida para caminhões com placas do Brasil e levadas para o território brasileiro, tanto para fecularias na região de Sete Quedas e Iguatemi, como também para o estado do Paraná conforme relatado por moradores da faixa de fronteira que trabalham no descarregamento e carregamento desses caminhões. Para Oliveira (2015), essas “transgressões, manutenções, interposições, distorções e trocas confirmam um movimento e um comportamento transversal na convivência e nas interações fronteiriças, favorecendo uma dinâmica particular das atividades, dando características singulares ao território.”

A população local, especialmente os moradores que vivem na área distinta que eles chamam de a “faixa de fronteira”, relatam histórias de vida de como é residir em outros lugares, onde inclusive apresentavam experiências de violência, não deixando, no entanto, de expressar que o descaminho existe, tratando-se de grupos organizados que não compreende a totalidade da população, mas uma pequena parcela de pessoas, inclusive de “não fronteiriços” que fazem uso desse território como ponto de passagem de ilícitos diversos.

Aos moradores desse corredor fronteiriço, não foram oferecidas condições de melhorias na estrutura de suas residências. As casas são de madeira ou alvenaria semiconstruída. A água é obtida de forma clandestina tanto a partir do ramal mestre da empresa de saneamento que abastece o lado brasileiro, quanto do sistema de abastecimento paraguaio. A energia elétrica é oriunda do sistema de distribuição do governo paraguaio e, sua utilização nas residências da localidade se justifica por ser mais atrativa economicamente e pela inexistência de entraves burocráticos para a sua obtenção (Figura 3).

O sistema de saneamento básico é inexistente na área de estudo, explicitando a falta de infraestrutura local. Nota-se o abandono por parte do poder público, onde a insegurança e a incerteza se tornam parte do cotidiano dessa comunidade e da construção de relações da população.

Figura 3: Cerca demarcatória entre casas vizinhas e entre as áreas do Brasil (cadeira) e Paraguai (bananeiras).



Autor: OLIVEIRA, É. S. 2019.

Observou-se, contudo, que apesar das mazelas sociais e do abandono governamental, há a existência de uma rede informal de solidariedade e assistência mútua, onde um vizinho colabora com o outro sempre que necessário.

As animosidades também estão presentes, assim como o uso de ilícitos, como drogas e armas, como já abordado por Oliveira (2015), “uma região típica de conurbação internacional recente, com assimetrias entre pobres e mais pobres ainda, onde o poder da força sobrepõe o diálogo, e o poder dos grupos ilícitos se sobrepõe ao poder administrativo.” Apesar da paisagem local nos retratar, através de seu contexto, a falta de infraestrutura e a pobreza dos seus habitantes, nota-se um grande fluxo de caminhonetes,



carros e caminhões e sua imponente riqueza, na estrada de acesso ao local, a MS – 299, que liga Sete Quedas a Paranhos.

Nas entrevistas constatou-se que vivem ali aproximadamente 40 famílias, (filhos, netos, pais, avós...), alguns estão há mais de 40 anos estabelecidos na região. São mistos de brasiguaios e indígenas que transitam entre os dois países, com riqueza histórica de vida, sobrevivendo da cultura agrícola, da criação de pequenos animais, cavalos e vacas, assim como da realização de “bicos” (trabalhos braçais) na área rural e urbana, fazendo da faixa de fronteira seu próprio território, conforme descrito por Raffestin (1993) “O território, [...], não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço.” É importante frisar o sentimento de pertencimento dessa população para com o espaço vivido, pois ao longo dos anos foram construídas as relações, as territorialidades, explícitas entre os atores locais. Existem laços tão fortes que mesmo com a possibilidade de oferta de casas populares localizadas em bairros com melhor infraestrutura, oferecidas pelo Governo Municipal de Sete Quedas, a população da “Faixa de Fronteira” não se sente incentivada a mudar a sua realidade, pois possuem amor ao seu pedaço de chão, mesmo em condições tão adversas.

O bairro do “Faixão”

O Residencial do “Faixão”, setor oeste da cidade, foram formados basicamente por famílias que residiam na linha de fronteira, bem como grupos indígenas da etnia Guarani Kaiowá que haviam acampado na entrada da cidade de Sete Quedas (Figura 4).

Figura 4: Arranjo espacial do Conjunto Residencial do “Faixão”.



Autor: OLIVEIRA, É.S. 2019.

Essas casas ofertadas pela prefeitura foram construídas na periferia da cidade, sem quintal, praticamente germinadas. Esta configuração, diferindo de sua realidade, não os incentivou à mudança. De acordo com o representante municipal, foram oferecidos pequenos lotes de terra na área rural do município, distante aproximadamente 20 km da área urbana de Sete Quedas. Percebeu-se que a dificuldade enfrentada para a sobrevivência (a comercialização e distribuição da produção agrícola, o acesso ao sistema de saúde e a educação), são fatores que não foram considerados para a possibilidade de mudança e forma de estabelecer melhorias na qualidade de vida. O pertencimento territorial e suas dinâmicas são considerações que o Poder Público Municipal de Sete Quedas, precisa ponderar ao levantar viabilidades transformadoras para a mudança de vida dessa população.

As pessoas entrevistadas e residentes no “Faixão” são em sua maioria adultas e com baixa escolaridade. As crianças e jovens são incentivados a frequentar a escola, não só para a construção do processo ensino-aprendizagem, mas para que tenham uma alimentação complementar, oferecida na merenda escolar e acesso a participação em programas de transferência de renda, como a Bolsa Família. A Secretária Municipal de Educação, demonstrou pouco conhecimento sobre as condições fronteiriças, mas destacou que há oferta de transporte escolar nessa área, para que as crianças tenham acesso ao ensino municipal. Enfatizou ainda, que o ensino Estadual possui um número



maior de alunos na região, destacando o ensino fundamental I, como área prioritária do Município de Sete Quedas.

Na entrevista com dona A. uma senhora indígena de trinta e nove anos, que veio da Aldeia Arroyo Corá do município vizinho de Paranhos, explicou que possui nove filhos. Destes, dois estão casados e sete ainda vivem com ela. Um dos sete filhos possui problemas psicológicos graves, em decorrência de catorze facadas em que foi vitimado quando da reação a um assalto onde levaram sua bicicleta aos quinze anos de idade. Hoje, o rapaz possui dezenove anos e necessita de remédios controlados de tarja preta para que possa dormir e se tornar menos agressivo com a mãe e os irmãos.

Dona A. relata que seu marido, após mudarem da aldeia para a entrada da cidade, no acampamento indígena, passou a consumir bebida alcoólica em demasia e a praticar violência doméstica, o que a obrigou a se separar dele, pois se sentia muito desamparada tanto pela vida quanto pelo marido.

Indagamos se a senhora, por possuir seis filhos menores e em idade escolar, recebe algum tipo de ajuda social. Ela enfatizou que apenas dois de seus filhos, são beneficiados pelo Programa Bolsa Família e recebem R\$ 70,00 (setenta reais) cada, totalizando o valor de R\$ 140,00 (Cento e quarenta reais) mensais. Sobre seu filho de dezenove anos, que segundo a família apresenta alterações mentais, perguntamos se existia um laudo psiquiátrico dele e se ele era contemplado com algum tipo de benefício previdenciário, ao que nos fora respondido que não e que sequer tinha conhecimento de que ele possuía direito ao benefício. Orientamos a genitora a tirar todos os documentos civis do jovem, como também a levá-lo até o serviço de saúde para que seja consultado, diagnosticando assim sua deficiência psíquica e, caso necessário, procurasse a Defensoria Pública para que esta possa auxiliá-la na obtenção do benefício a que o jovem tem direito. Na entrevista percebemos que a senhora indígena não é alfabetizada na língua portuguesa, mas possui grande desenvoltura na linguagem guarani.

Constatamos que o residencial se constitui de pessoas carentes de políticas públicas, com seus direitos e garantias constitucionais violados, onde o poder público local ofertou residências sem a infraestrutura adequada, como saúde, educação e emprego adequados à realidade dessas pessoas. Percebemos também nos residenciais, resíduos líquidos expostos e escorrendo a céu aberto em meio às crianças que brincam livremente em frente as suas casas após a escola.



Nesse contexto dotado de especificidades, ressaltamos que a localização periférica e o arranjo espacial remontam as necessidades básicas e a falta de assistência essencial, o que nos infere a exclusão socioespacial dessas pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultados preliminares, constatou-se que a instabilidade na moradia os coloca em situação de fragilidade, pelas residências precárias, em espaços arranjados como presenciado nessa linha de fronteira. A mobilidade populacional, e com isso, o fluxo de lícitos e ilícitos, prejudica inclusive a possibilidade de empregabilidade na região, bem como, na obtenção de uma profissão, sendo a questão do emprego e renda, um gargalo importante, sobretudo com as especificidades econômicas da região que se voltam para o agronegócio.

O enfrentamento das problemáticas locais requer do Poder Público de Sete Quedas a necessidade de um planejamento pautado nas particularidades e vicissitudes locais, sejam para viabilizar recursos e projetos novos, seja para administrar os recursos já existentes no município, viabilizando os direitos fundamentais do indivíduo e seus pares.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Censo 2010.

FIGUEIREDO, Oscar Agustin Torres; MIGUEL, Lovis Andrade. **A modernização da agricultura e os Brasiguaios no Paraguai**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre - RS – Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/5/970.pdf>. Acesso: 22 jul. 2018.

MARQUES, Eduardo C. Estado e Redes Sociais: Permeabilidade e Coesão nas Políticas Urbanas no Rio de Janeiro. São Paulo: FAPESP; Rio de Janeiro: **Revan**. 2000.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Para além das linhas coloridas ou Pontilhadas – reflexões para uma tipologia Das relações fronteiriças. **Revista da Associação Nacionalde Pós-graduação e Pesquisa em Geografia (Anpege)**. p.233-256, V.11, n.15, janjun.2015.

PEREIRA, Lorena Izá. Estrangeirização da terra no Paraguai: migração de camponeses e latifundiários brasileiros para o Paraguai. **Boletim DATALUTA**, n. 97, janeiro de2016. Disponível



em:http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/1artigodomes_2016.pdf. Acesso: 20jul2018.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder**. Ática. São Paulo. 1993.

SPOSATI, A. **Cidade em pedaços**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

TEIXEIRA, Claudio Alves. **Violência e Poder em Mato Grosso do Sul: A Problemática das “Execuções Sumárias” nos Crimes Contra Vida na Região de Dourados e Fronteira com o Paraguai (1989-1997)**. Dourados, MS: UFMS, Campus de Dourados, 2002.

Agradecimentos

Os autores agradecem a Fundect (Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado do Mato Grosso do Sul) pela Bolsa de Estudos no nível de Doutorado.